CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2017/2018

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: PA000372/2017
DATA DE REGISTRO NO MTE: 06/06/2017
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR015434/2017
NÚMERO DO PROCESSO: 46222.004529/2017-45
DATA DO PROTOCOLO: 06/06/2017

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

FED TRAB IND CONST MOB NOEST DO PARA T F DO AMAPA, CNPJ n. 04.869.574/0001-51, neste ato representado(a) por seu ;

SIND DOS TRAB IND ART CIMOFI ELET INST ELET GAS OLARIAS, CNPJ n. 83.369.371/0001-72, neste ato representado(a) por seu ;

SIND TRAB DA IND CIMENTO CONST CIVIL MOBIL CAPAN REGIAO, CNPJ n. 04.855.649/0001-45, neste ato representado(a) por seu ;

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO CIVIL LEVE E PESADA E DO MOBILIARIO DO MUNICIPIO DE DOM ELISEU - PARA., CNPJ n. 34.845.446/0001-39, neste ato representado(a) por seu ;

SIND TRAB IND DA CONST DO MOB MUN JACUNDA IPX GOIANESIA, CNPJ n. 84.139.641/0001-11, neste ato representado(a) por seu ;

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUCA, CNPJ n. 04.303.004/0001-08, neste ato representado(a) por seu ;

SIND TRAB IND CONST CIVIL E MOBILIARIO DE ORIXIMINA, CNPJ n. 10.217.982/0001-21, neste ato representado(a) por seu ;

SINDICATO DOS TRAB NAS IND MAD MOV EST CONST CIVIL OLAR, CNPJ n. 01.267.763/0001-66, neste ato representado(a) por seu ;

SITIMARB - SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS MADEIREIRAS DE RONDON DO PARA, BJ DO TOCANTINS E ABEL FIGUEIR, CNPJ n. 63.807.366/0001-97, neste ato representado(a) por seu ;

SIND DOS TRAB NA IND DA CONST CIVIL E DO MOB DE SALINOPOLIS E SAO JOAO DE PIRABAS, CNPJ n. 04.855.144/0001-80, neste ato representado(a) por seu ;

SIND TRAB NAS IND MADEIREIRAS M OLA CONST L P T TACONCOR, CNPJ n. 22.942.932/0001-96, neste ato representado(a) por seu ;

E

SIND IND OLARIA CER P CONST ARTECIMENTO ARMADO E PARA, CNPJ n. 05.253.489/0001-27, neste ato representado(a) por seu ;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de março de 2017 a 28 de fevereiro de 2018 e a data-base da categoria em 01º de março.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **trabalhadores na indústria de olaria, cerâmica para construção e cimento armado**, com abrangência territorial em Abel Figueiredo/PA, Acará/PA, Afuá/PA, Alenquer/PA, Anajás/PA, Ananindeua/PA, Augusto Corrêa/PA, Aurora Do Pará/PA, Aveiro/PA, Bagre/PA, Baião/PA, Bannach/PA, Belém/PA, Belterra/PA, Benevides/PA, Bom Jesus Do Tocantins/PA, Bonito/PA, Bragança/PA, Brejo Grande Do Araguaia/PA, Breu Branco/PA, Bujaru/PA, Cachoeira Do Arari/PA, Cachoeira Do Piriá/PA, Cametá/PA, Capanema/PA, Capitão Poço/PA, Chaves/PA, Colares/PA, Conceição Do Araguaia/PA, Concórdia Do Pará/PA, Cumaru Do Norte/PA, Currá/PA, Curuçá/PA, Dom Eliseu/PA, Faro/PA, Floresta Do Araguaia/PA, Garrafão Do Norte/PA, Goianésia Do Pará/PA, Gurupá/PA, Igarapé-Açu/PA, Igarapé-Miri/PA, Inhangapi/PA, Itaituba/PA, Itupiranga/PA, Jacareacanga/PA, Jacundá/PA, Juruti/PA, Limoeiro Do Ajuru/PA, Mãe Do Rio/PA, Magalhães Barata/PA, Marabá/PA, Maracanã/PA, Marapanim/PA, Marituba/PA, Melgaço/PA, Mocajuba/PA, Moju/PA, Mojuí Dos Campos/PA, Monte Alegre/PA, Muaná/PA, Nova Esperança Do Piriá/PA, Nova Ipixuna/PA, Nova Timboteua/PA, Novo Progresso/PA, Novo Repartimento/PA, Óbidos/PA, Oeiras Do Pará/PA, Oriximiná/PA, Ourém/PA, Ourilândia Do Norte/PA, Palestina Do Pará/PA, Pau D'Arco/PA, Peixe-Boi/PA, Piçarra/PA, Ponta De Pedras/PA, Prainha/PA, Primavera/PA, Quatipuru/PA, Redenção/PA, Rio Maria/PA, Rondon Do Pará/PA, Rurópolis/PA, Salinópolis/PA, Salvaterra/PA, Santa Bárbara Do Pará/PA, Santa Cruz Do Arari/PA, Santa Izabel Do Pará/PA, Santa Luzia Do Pará/PA, Santa Maria Das Barreiras/PA, Santa Maria Do Pará/PA, Santana Do Araguaia/PA, Santarém Novo/PA, Santo Antônio Do Tauá/PA, São Caetano De Odvelas/PA, São Domingos Do Araguaia/PA, São Félix Do Xingu/PA, São Francisco Do Pará/PA, São Geraldo Do Araguaia/PA, São João Da Ponta/PA, São João De Pirabas/PA, São João Do Araguaia/PA, São Sebastião Da Boa Vista/PA, Sapucaia/PA, Soure/PA, Tailândia/PA, Terra Alta/PA, Terra Santa/PA, Tomé-Açu/PA, Tracuateua/PA, Trairão/PA, Tucuruí/PA, Vigia/PA, Viseu/PA e Xinguara/PA.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÃO SALARIAL

Os Integrantes da Categoria Profissional terão seus salários reajustados no percentual de **7% (sete por cento)**, sobre os salários vigentes em fevereiro/2017, oriundos da livre negociação entre as categorias econômica e profissional.

3.1. PISOS SALARIAIS: As faixas de piso salarial para os empregados com o ofício ou profissão nominados serão as estabelecidas na tabela de piso salarial.

FAIXAS	SALÁRIO MENSAL	SALÁRIO HORA	HORA EXTRA 55%
1ª FAIXA	R\$ 1.139,52	R\$ 5,18	R\$ 8,03
2ª FAIXA	R\$ 1.090,31	R\$ 4,95	R\$ 7,67
3ª FAIXA	R\$ 1.007,63	R\$ 4,58	R\$ 7,10

1ª FAIXA: Forno, Foguista, Queimador, Estufador, Esquentador, Operador de Moto-Serra, Operador de Estufas, Marombeiro, Prensador, Eletricista de Manutenção, Mecânico de Manutenção, Operador de Empilhadeira, Operador de Pá-Carregadeira, Soldador de Manutenção, Operador de Prensa, Pedreiro de Manutenção, Almoxarife, Auxiliar de Escritório e demais profissionais e técnicos assemelhados nas áreas de produção e manutenção de equipamento;

2ª FAIXA: Enformador e Desenformador, Porteiro, Vigia e Ajudantes de: Forno, Foguista, Queimador, Estufador, Esquentador, Operador de Moto-Serra, Marombeiro, Prensador, Eletricista, Mecânico, Operador de Empilhadeira, Pá-carregadeira, Soldador, Operador de Prensa, Pedreiro, Almoxarifado e demais funções assemelhadas;

3ª FAIXA: Serviços Gerais.

3.2. Os integrantes da categoria profissional não classificados ou não enquadrados em quaisquer das faixas salariais acima discriminadas, exercentes ou não das ocupações definidas acima, terão seus salários reajustados em **7% (sete por cento)**, sobre os salários de fevereiro/2017.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUARTA - CONTRACHEQUES

As empresas fornecerão aos seus empregados comprovantes de pagamento contendo a identificação da mesma, mediante timbre ou carimbo, discriminando todas as verbas pagas e descontadas, bem como o valor do depósito do FGTS.

ISONOMIA SALARIAL

CLÁUSULA QUINTA - SALÁRIO DO SUBSTITUTO

O salário do substituto será igual ao do substituído, desde que aquele assuma todos os deveres e obrigações deste, excluídas do cálculo as vantagens pessoais.

DESCONTOS SALARIAIS

CLÁUSULA SEXTA - MORADIA

Fica facultado a empresa que custear moradia aos seus funcionários descontar até 20% (vinte por cento) do valor do aluguel do salário do empregado.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO

CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO DOS SALÁRIOS

O pagamento dos salários dos trabalhadores será feito dentro da jornada normal de trabalho; se ultrapassar essa jornada, as horas excedentes serão contadas como extra, devendo ser pagas como tal. Quando o pagamento for em cheque, deverá ser feito em dia útil e até duas horas antes do término do expediente bancário local.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS ADICIONAL DE HORA-EXTRA

CLÁUSULA OITAVA - ADICIONAL DE HORAS EXTRAS

As horas extras trabalhadas de segunda a sexta serão remuneradas com o acréscimo de **55% (cinquenta e cinco por cento)** sobre as horas normais. As horas extras trabalhadas aos sábados compensados, domingos e feriados serão remuneradas com acréscimo de **100% (cem por cento)** sobre as horas normais.

ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO

CLÁUSULA NONA - ANUÊNIO

Após completar 01 (um) ano de serviço na mesma empresa ou grupo econômico, os integrantes da categoria profissional farão jus mensalmente a um adicional por tempo de serviço, denominado ANUÊNIO, no valor de 1% (um por cento) por cada ano de serviço, de seu salário base, que será pago mensalmente junto com os salários.

Parágrafo Primeiro: O trabalhador admitido a partir de 1º de março de 2017 não faz jus ao adicional denominado anuênio, constante no caput desta cláusula. Perceberá o adicional por tempo de serviço denominado triênio, correspondente a 3% (três por cento) do seu salário base, por cada 03 (três) anos de serviço prestado na mesma empresa.

ADICIONAL NOTURNO

CLÁUSULA DÉCIMA - ADICIONAL NOTURNO

O trabalho noturno será remunerado com o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o salário hora (= salário da matriz salarial dividido por 220 horas).

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - TICKET ALIMENTAÇÃO OU CESTA BÁSICA

As empresas fornecerão a todos os seus empregados TICKET ALIMENTAÇÃO OU CESTA BÁSICA, no valor equivalente a R\$ 145,00 (Cento e quarenta e cinco reais), com contrapartida do empregado de R\$ 5,00 (Cinco reais), não sendo o mesmo incorporado ao salário do empregado. O empregado perderá o benefício se houver faltado sem justificativa durante o mês.

Parágrafo Único: O direito a percepção do benefício contido no caput desta cláusula será extensivo aos empregados que deixarem de realizar suas atividades laborativas em decorrência de acidente de trabalho e em virtude de férias.

AUXÍLIO MORTE/FUNERAL

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - AJUDA POR FALECIMENTO

Por ocasião do falecimento de empregado, a empresa pagará aos seus dependentes, a título de ajuda funeral, o valor correspondente a cinco salários básicos do falecido.

Parágrafo Único: Ficam isentas do cumprimento desta cláusula as empresas que oferecerem planos de seguro de vida aos seus empregados, gratuitamente.

SEGURO DE VIDA

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SEGURO DE VIDA

As empresas estipularão para os seus empregados, seguro de vida em grupo, no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura da presente Convenção Coletiva de Trabalho, sem ônus para os empregados, com valor da cobertura fixada em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para morte por qualquer causa e para invalidez total ou parcial por acidente de trabalho. O seguro cobrirá também assistência funeral, com custeio integral das despesas havidas, inclusive traslado do corpo.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES AVISO PRÉVIO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - AVISO PRÉVIO PROPORCIONAL

Para cada ano de serviço o aviso prévio será acrescido de três dias, até o limite de sessenta dias, nos casos de dispensa sem justa causa ou despedida indireta.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - AVISO PRÉVIO

Nos casos de dispensa do empregado sem justo motivo, ficam os trabalhadores dispensados do cumprimento do aviso prévio, quando comprovarem a obtenção de novo emprego, e a empresa desobrigada do pagamento do salário correspondente.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PAGAMENTO DAS DESPESAS DE VIAGENS

Fica assegurado ao trabalhador o pagamento de despesas com passagens de retorno, bem como o pagamento de despesas com transportes de seus pertences, até o local de recrutamento, ficando garantido a este trabalhador, até a data da liquidação das verbas rescisórias, as mesmas condições de moradia, hospedagem e alimentação existente quando da vigência do contrato de trabalho.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES ESTABILIDADE APOSENTADORIA

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ESTABILIDADE PROVISÓRIA

Fica assegurada estabilidade provisória a todo integrante da categoria profissional a partir do 2º mês anterior à data em que comprovadamente faça jus a aposentadoria integral da Previdência Social, cessando seus efeitos imediatamente após completar o período aquisitivo da aposentadoria.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS COMPENSAÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE HORAS

Fica estabelecido um sistema de compensação de horas, para a integralidade dos componentes da categoria profissional celebrante, com a adoção em especial do regime de 12x36 horas, para os cargos/funções em que se faça necessário escala de revezamento, com controle individualizado dos empregados e que funcionará norteado pelo seguinte:

I. O trabalho em jornada suplementar poderá ser efetuado em qualquer dia da semana, inclusive sábados, domingos e feriados, ficando a empresa dispensada do acréscimo salarial, mediante compensação pela correspondente diminuição em qualquer outro dia e/ou crédito em sistema próprio para tal fim.

II. As horas debitadas e creditadas no sistema de compensação de horas obedecerão à relação de 01 (uma) hora por 01 (uma) hora, independente do dia ou horário de sua realização.

III. A compensação das horas inseridas no sistema poderá ser realizada de segunda-feira a domingo, em razão de adequação com a escala de trabalho.

IV. O prazo limite para a compensação das horas é de 06 (seis) meses da realização das horas, findo os quais a empresa pagará as quantias correspondentes às horas não compensadas, acrescidas do adicional

legal de 55% (cinquenta e cinco por cento), para as realizadas de segunda a sábado, e de 100% (cem por cento), para as realizadas em domingos e feriados

V. As empresas ficam obrigadas a fornecer uma alimentação para cada um dos funcionários, tanto do primeiro quanto do segundo horário, sendo que eles se alimentarão no próprio local de trabalho.

Parágrafo Único: As empresas dispensarão seus empregados da jornada de trabalho, sem prévio aviso, na ocasião em que por falhas operacionais, torna-se impossível à continuidade dos trabalhos ou ocorrendo tais falhas, não puderem serem reparadas imediatamente. Nesta ocasião as horas dispensadas serão compensadas em outra oportunidade, sem que se caracterize horas extraordinárias ou determine o pagamento de percentual adicional, respeitado o prazo limite de 06 (seis) meses contados da dispensa das horas para a efetiva compensação, findados os quais as empresas perderão o direito de exigir a reposição das horas.

FALTAS

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FALTA JUSTIFICADA

Serão abonadas e devidamente justificadas as faltas ao serviço do empregado estudante, decorrente de comparecimento a provas escolares, prestadas em estabelecimento de ensino oficial ou oficializado, desde que o empregador seja avisado com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas e comprovada posteriormente a sua realização, em igual prazo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - ACOMPANHAMENTO HOSPITALAR

Fica assegurada ao trabalhador ausência remunerada de 02 (dois) dias a cada trimestre para levar o filho menor de 14 (quatorze) anos, cônjuge ou companheira ao estabelecimento hospitalar, desde que fique esclarecida a necessidade do acompanhamento pelo trabalhador e com comprovação no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - TURNO ININTERRUPTO DE REVEZAMENTO 6X2

Ficam autorizadas as empresas acordantes implantar o turno ininterrupto de revezamento 6x2 (seis dias trabalhados por dois de folga), que funcionará nos seguintes horários: de 00:00h. às 06:00h., de 06:00h. às 15:00h. e das 15:00h. à 00:00h;

Aos empregados que trabalharem na jornada ininterrupta de revezamento terá integrado aos seus salários, a título de adicional de turno, o equivalente a 30% (trinta por cento) sobre seu salário de direito, sem prejuízo do recebimento dos adicionais noturnos trabalhados.

FÉRIAS E LICENÇAS LICENÇA REMUNERADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - RECEBIMENTO DO PIS/PASEP

Quando a empresa não possuir convênio com a Caixa Econômica Federal, fica obrigada a conceder licença remunerada de um dia, para que o empregado possa receber suas cotas do PIS/PASEP, sem prejuízo do descanso semanal remunerado, desde que avisada com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR CONDIÇÕES DE AMBIENTE DE TRABALHO

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - ÁGUA POTÁVEL

As empresas ficam obrigadas a fornecer água potável em perfeitas condições de higiene aos seus empregados.

UNIFORME

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - FARDAMENTO

Quando o uso for obrigatório, as empresas fornecerão aos empregados, gratuitamente, 03 (três) uniformes por ano. Ocorrendo, comprovadamente, dano material que comprometa a utilização dos uniformes, as empresas farão complementação que se fizer necessária.

TREINAMENTO PARA PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS DO TRABALHO

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - AMBIENTAÇÃO NO LOCAL DE TRABALHO

Nos ambientes onde haja perigo ou risco de acidentes, o primeiro dia de trabalho do empregado será destinado, parcial ou integralmente, a treinamento e conhecimento do local de trabalho, das atividades a serem exercidas, dos equipamentos utilizados e dos programas de prevenção desenvolvidos pela empresa, em conjunto com o membro da CIPA.

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - ATESTADO MÉDICO HOSPITALAR

As empresas aceitarão os atestados médicos e odontológicos fornecidos por profissionais da entidade sindical profissional, para fins de concessão de licença, até o limite de 05 (cinco) dias em cada mês, sem prejuízo da legislação vigente.

PRIMEIROS SOCORROS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - PRIMEIRO SOCORRO

As empresas manterão nos locais de trabalho material necessário à prestação de primeiros socorros para atender eventuais acidentes de trabalho ou qualquer outra enfermidade. Providenciarão também transporte ao enfermo ou acidentado até o hospital mais próximo, caso seja necessário, bem como preenchimento do formulário CAT – Comunicação de Acidente do Trabalho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - ASSISTÊNCIA EM LOCAIS ISOLADOS

Quando a prestação de serviços ocorrer em lugares isolados ou de difícil acesso, além a assistência prevista pela Cláusula DO ATESTADO MÉDICO HOSPITALAR, as empresas assegurarão aos seus empregados que vierem a adoecer ou sofrer acidente, a assistência médica apropriada ao caso e gravidade, garantindo a remoção, alimentação e medicação até o momento em que o trabalhador fique sob a responsabilidade da Previdência Social ou do estabelecimento conveniado.

RELAÇÕES SINDICAIS ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - ACESSO NOS LOCAIS DE TRABALHO

Fica assegurado o acesso de dirigentes sindicais nas empresas, nos intervalos destinados a alimentação e descanso, para desempenho de suas funções, proibido a divulgação de caráter político-partidário e ofensiva.

REPRESENTANTE SINDICAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - REPRESENTANTE SINDICAL

Nas empresas com mais de 200 (duzentos) empregados, onde não houver empregado detentor do cargo de direção na entidade sindical correspondente, será escolhido um representante sindical dentre os empregados, mediante eleição coordenada pela entidade, em data previamente ajustada com a empresa, gozando esse representante de estabilidade pelo prazo do mandato da diretoria da entidade sindical, com jurisdição na área.

LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - LICENÇA DO DIRIGENTE SINDICAL COM VENCIMENTOS

As empresas se comprometem a conceder Licença Remunerada de até 05 (cinco) dias por mês, para o empregado-diretor de quaisquer entidades sindicais profissionais signatárias do acordo, para permitir, exclusivamente, o exercício de atividades sindicais, facultando ao empregado a divisão dessas horas no mês, devendo, em qualquer caso, a empresa ser comunicada pela entidade interessada, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL

Em cumprimento ao que foi deliberado pelos presentes em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 14 de março de 2017, e reunião do Conselho de Representante da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário nos Estados do Pará e Amapá – FETRACOMPA, realizada no dia 24 de novembro de 2016, as empresas abrangidas pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, descontarão em uma única parcela no mês de maio de 2017, de todos os seus empregados, o equivalente 3,33% (três virgula trinta e três por cento), a título de CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PROFISSIONAL, recolhendo as respectivas importâncias na conta corrente da FETRACOMPA nº 003.00001530-0 agência 1749 da Caixa ou conta corrente nº 0074548-0 agência 3109 do Bradesco, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao do desconto.

Parágrafo Primeiro: Na base territorial dos sindicatos profissionais acordantes, as empresas, após os descontos previstos no Caput desta Cláusula, deduzirão 20% (vinte por cento) do montante apurado da Contribuição Negocial e depositarão na conta corrente nº 003.00001530-0 agência 1749 da Caixa ou conta corrente nº 0074548-0 agência 3109 do Bradesco, ficando o saldo remanescente, 80% (oitenta por cento), para o sindicato da respectiva base, cujos depósitos serão efetuados nas contas a serem indicadas pelo mesmo.

Parágrafo Segundo: Fica pactuado entre as partes, Sindicato Patronal, representante legal das empresas, e as entidades sindicais profissionais, que no mês de maio de 2017, somente haverá o desconto da Contribuição Negocial, ficando vedado qualquer outro desconto a esse título.

Parágrafo Terceiro: O empregado poderá opor-se ao desconto da contribuição negocial, devendo para isto apresentar, por escrito, sua oposição, no Sindicato de sua respectiva base territorial ou na Federação dos

Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de nos Estados do Pará e Amapá – FETRACOMPA, ou encaminhar individualmente via postal, para o endereço da respectiva entidade sindical.

Parágrafo Quarto: O direito de oposição aos referidos descontos, configurado como ato individual e autônomo do trabalhador, será garantido até 30 (trinta) dias após a assinatura desta Convenção Coletiva do Trabalho, ficando vedada qualquer intervenção de sua empregadora referente a este direito.

Parágrafo Quinto: Aos empregados que comprovarem que estavam de férias, licença saúde, licença maternidade ou acidente do trabalho no período previsto no caput desta Cláusula, fica assegurado o prazo de 30 (trinta) dias corridos, quando de seu retorno ao trabalho, o direito de oporem-se ao desconto, conforme o estabelecido ao norte.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL ARTIGO 513 LETRA “E” DA CLT

As empresas abrangidas pela presente Convenção Coletiva de Trabalho descontarão, mensalmente, de todos os seus empregados associados e autorizados, a partir do mês de março de 2017, a título de Contribuição Assistencial, de acordo com que determina o Artigo 513, Letra “e”, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, o equivalente a 2% (dois por cento) do salário básico, até o limite de R\$ 21,28, conforme fixado em Assembleia Geral da categoria profissional. O rateio obedecerá à seguinte proporção: Quando destinado à Federação, 95% para a FETRACOMPA, que deverá ser depositado na conta corrente nº 003.00001530-0 agência 1749 da Caixa ou conta corrente nº 0074548-0 agência 3109 do Bradesco e 5% (cinco por cento) para CONTRICOM, que deverá ser depositado na conta corrente nº 00001564-0, agência 0002 da Caixa, e quando destinado ao sindicato, 80% para o sindicato, que deverá ser depositado na conta a ser indicada pelo mesmo, 15% para FETRACOMPA e 5% para CONTRICOM.

Parágrafo Primeiro: Direito de Oposição: Fica assegurado o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da assinatura desta Convenção, de segunda a sexta-feira, no horário comercial, para os empregados oporem-se ao desconto, através de manifestação escrita e individualizada, a ser apresentada pessoalmente na sede da entidade sindical profissional.

Parágrafo Segundo: Aos empregados que comprovarem que estavam de férias, licença saúde, licença maternidade ou acidente do trabalho no período previsto no Parágrafo Primeiro desta Cláusula, fica assegurado o prazo de 30 (trinta) dias corridos, quando de seu retorno ao trabalho, o direito de oporem-se ao desconto, conforme o estabelecido ao norte.

Parágrafo Terceiro: As oposições levadas a efeito mediante lista ou cartas, mesmo enviadas à entidade sindical profissional, através de cartório, serão consideradas desacato à Assembleia e nulas de pleno direito, na forma do Artigo 9º da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Parágrafo Quarto: Fica esclarecido para todos os efeitos legais de direito que a presente Cláusula da Convenção Coletiva de Trabalho não trata da Contribuição Confederativa (Art. 8º, IV da CF/88), cuidando apenas da **Contribuição Assistencial**, prevista em lei ordinária, expressamente autorizada pelo artigo 513, letra “e” da CLT, nos termos do mais recente entendimento editado pelo STF.

Parágrafo Quinto: A FETRACOMPA declara para todos os fins de direito que as receitas correntes de que trata esta Cláusula foram aprovadas em assembleia geral, convocada para este fim.

I. O desconto de que trata a presente cláusula, terá seu montante recolhido à conta bancária indicada para esse fim, até o 5º (quinto) dia do desconto sob multa de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento), por dia de atraso, sobre o montante a ser recolhido.

II. As empresas deverão comprovar tais recolhimentos no prazo de 08 (oito) dias, através da relação nominal de empregados e dos valores descontados, bem como a guia de depósito bancário. Incumbe-se a entidade sindical profissional fornecer às empresas as guias de recolhimento da contribuição.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - QUADRO DE AVISO

As empresas permitirão a afixação em seus quadros de avisos de boletins ou quaisquer publicações das entidades demandantes, desde que tais publicações não contenham ofensas a quem quer que seja e não diga respeito a caráter político-partidário.

DISPOSIÇÕES GERAIS MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - COMISSÃO INTERSINDICAL

Fica instituída uma comissão intersindical, cujo número de participantes será definido de comum acordo entre as entidades acordantes para conciliar as divergências surgidas em decorrência da aplicação da presente Convenção Coletiva, bem como de legislação vigente, nos termos de que preceitua o art. 613, inciso V, da CLT, que deverá reunir-se ordinariamente a cada 04 (quatro) meses e extraordinariamente quando as partes julgarem necessário.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DIA DO INDUSTRIÁRIO

Fica instituída e reconhecida como feriado a “Segunda-feira gorda” que será consagrada aos festejos do DIA DO INDUSTRIÁRIO DE OLARIA E CERÂMICA PARA CONSTRUÇÃO NO ESTADO DO PARÁ, e, como tal, considerado como dia de repouso remunerado, nos municípios onde é decretado feriado a “Terça-feira Gorda”. Nos demais municípios onde a “Terça-feira Gorda” não é decretado feriado, o dia do industriário é comemorado nesse dia, sendo o mesmo considerado feriado para a categoria.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - DIVULGAÇÃO DA CONVENÇÃO

As empresas devem afixar nos locais de trabalho, em lugar de destaque, cópia da presente Convenção Coletiva, para amplo conhecimento dos trabalhadores devendo as cópias serem providenciadas pela empresa.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - REVISÃO

As partes convencionam rever a presente Convenção a partir de setembro de 2017, ficando garantidas as reuniões quadrimestrais.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - MULTA

Fica estabelecida multa no valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) do maior piso salarial pago a categoria no âmbito da empresa, por empregado e por infração, a qualquer cláusula do presente Acordo Coletivo, a ser aplicada a parte infratora e a reverter em favor da parte prejudicada, seja empregado, empresa ou entidade sindical.

**ANTONIO MARTINS FONSECA
PRESIDENTE
FED TRAB IND CONST MOB NOEST DO PARA T F DO AMAPA**

RIVANILDO SAMUEL HARDMAN JUNIOR
PRESIDENTE
SIND IND OLARIA CER P CONST ARTECIMENTO ARMADO E PARA

JOSE OSVALDO MOREIRA DIAS
PRESIDENTE
SIND DOS TRAB IND ART CIMOFI ELET INST ELET GAS OLARIAS

RODRIGO LOBO DE FIGUEIREDO
PRESIDENTE
SIND TRAB DA IND CIMENTO CONST CIVIL MOBIL CAPAN REGIAO

ELIAS CASTRO DOS REIS
PRESIDENTE
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO CIVIL LEVE E PESADA E DO MOBILIARIO DO MUNICIPIO DE DOM ELISEU - PARA.

ANTONIO MARTINS FONSECA
PROCURADOR
SIND TRAB IND DA CONST DO MOB MUN JACUNDA IPX GOIANESIA

ISABEL CRISTINA TEIXEIRA DE OLIVEIRA
SECRETÁRIO GERAL
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUCA

ANTONIO MARTINS FONSECA
PROCURADOR
SIND TRAB IND CONST CIVIL E MOBILIARIO DE ORIXIMINA

RAIMUNDO NONATO SOARES DA SILVA
PRESIDENTE
SINDICATO DOS TRAB NAS IND MAD MOV EST CONST CIVIL OLAR

JUNIOR SENA DE SOUZA
PRESIDENTE
SITIMARB - SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS MADEIREIRAS DE RONDON DO PARA, BJ DO TOCANTINS E ABEL FIGUEIR

GILMAR DE OLIVEIRA CORREIA
PRESIDENTE
SIND DOS TRAB NA IND DA CONST CIVIL E DO MOB DE SALINOPOLIS E SAO JOAO DE PIRABAS

GARDENIA PEREIRA DOS SANTOS

PRESIDENTE
SIND TRAB NAS IND MADEIREIRAS MOLA CONST L P T TACONCOR

ANEXOS
ANEXO I - TABELA DE SALÁRIOS

	<u>1ª FAIXA</u>	<u>2ª FAIXA</u>	<u>3ª FAIXA</u>
<p style="text-align: center;">MARÇO 2017</p> <p>De acordo com o Decreto nº 8.948 DE 29.12.2016, a partir de 1º de janeiro de 2017 o salário mínimo passa a ser de R\$ 937,00.</p> <p>De acordo com a Portaria Interministerial MPS/MF nº 08, de 13 janeiro de 2017, Art. 4º O valor da cota do salário-família por filho ou equiparado de qualquer condição, até 14 (quatorze) anos de idade, ou inválido de qualquer idade, a partir de 1º de janeiro de 2017, é de:</p> <p>I - R\$ 44,09 (quarenta e quatro reais e nove centavos) para o segurado com remuneração mensal não superior a R\$ 859,88 (oitocentos e cinquenta e nove reais e oitenta e oito centavos);</p> <p>II - R\$ 31,07 (trinta e um reais e sete centavos) para o segurado com remuneração mensal superior a R\$ 859,88 (oitocentos e cinquenta e nove reais e oitenta e oito centavos) e igual ou inferior a R\$ 1.292,43 (um mil duzentos e noventa e dois reais e</p>	<p style="text-align: center;">FORNEIRO, FOGUISTA, QUEIMADOR, ESTUFADOR, ESQUENTADOR, OPERADOR DE MOTO-SERRA, OPERADOR DE ESTUFAS, MAROMBEIRO, Prensador, ELETRICISTA DE MANUTENÇÃO, MECÂNICO DE MANUTENÇÃO, OPERADOR DE EMPILHADEIRA, OPERADOR DE PÁ-CARREGADEIRA, SOLDADOR DE MANUTENÇÃO, OPERADOR DE PRENSA, PEDREIRO DE MANUTENÇÃO, ALMOXARIFE, AUXILIAR DE ESCRITÓRIO E DEMAIS PROFISSIONAIS E TÉCNICOS ASSEMBLADOS NAS ÁREAS DE PRODUÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTO.</p>	<p style="text-align: center;">ENFORMADOR E DESENFORMADOR, PORTEIRO, VIGIA E AJUDANTES DE: FORNEIRO, FOGUISTA, QUEIMADOR, ESTUFADOR, ESQUENTADOR, OPERADOR DE MOTO-SERRA, MAROMBEIRO, Prensador, ELETRICISTA, MECÂNICO, OPERADOR DE EMPILHADEIRA, PÁ-CARREGADEIRA, SOLDADOR, OPERADOR DE PRENSA, PEDREIRO, ALMOXARIFADO E DEMAIS FUNÇÕES ASSEMBLADAS.</p>	<p style="text-align: center;">SERVIÇOS GERAIS.</p>

quarenta e três centavos).			
SALÁRIO MENSAL BRUTO	R\$ 1.139,52	R\$ 1.090,31	R\$ 1.007,63
DESCONTO DO INSS (8%)	R\$ 91,16	R\$ 87,22	R\$ 80,61
SALÁRIO MENSAL LÍQUIDO	R\$ 1.048,36	R\$ 1.003,09	R\$ 927,02
SALÁRIO DIÁRIO	R\$ 37,98	R\$ 36,34	R\$ 33,59
ADIANTAMENTO QUINZENAL (40%)	R\$ 455,81	R\$ 436,12	R\$ 403,05
HORA NORMAL	R\$ 5,18	R\$ 4,95	R\$ 4,58
HORA EXTRA 55%	R\$ 8,03	R\$ 7,67	R\$ 7,10
HORA EXTRA 100%	R\$ 10,36	R\$ 9,90	R\$ 9,16
SALÁRIO FAMÍLIA P/ COTA	R\$ 31,07	R\$ 31,07	R\$ 31,07
CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL (2%)	R\$ 22,79	R\$ 21,81	R\$ 20,15

ANEXO II - ATA

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.